

## ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA: REFLEXOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FORTALECIMENTO DA PRÁTICA SOCIAL

### Maria Bárbara da Costa Cardoso

Doutora em Educação (UFPA). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa da Amazônia-GEPERUAZ; Pesquisadora do Grupo de Estudo. Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação do Campo (GEPSEED). Membro atuante do Fórum Regional de Educação do Campo Tocantina II (FORECAT). Membro do Observatório AINPGP. Especialista em Educação-SEDUC/PA. Professora SEMEC/Abaetetuba. Coordenadora do Ensino Fundamental SEMEC/Abaetetuba.

<http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>

E-mail: [barbara.costa@csfx.org.br](mailto:barbara.costa@csfx.org.br)

### Nubiane Amaral Ferreira

Mestra em educação (FICS). Integrante do grupo de pesquisa de formação de professores (GEPFORP). Professora SEMED/Ananindeua. Professora/formadora – SEDUC/PA.

<http://lattes.cnpq.br/0835790090799172>

E-mail: [nubiane\\_naron@hotmail.com](mailto:nubiane_naron@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N2-17>

**RESUMO:** Buscando enfatizar a partir de uma pesquisa bibliográfica, uma breve discussão no que se refere a organização dos povos do campo, tendo como referência o Assentamento João Batista, localizado no município de Castanhal. Nessa perspectiva, buscou demonstrar como se dar o processo de organização do trabalho educacional e a relação com a terra, visto que o Assentamento com lutas diárias consegue mesmo que, de forma tímida executar na prática a educação do campo. Dessa forma, as atividades de produção agrícola, partem do princípio da agricultura familiar, com o apoio de programas conseguem executar as atividades priorizando os assentados, contudo a valorização dos povos do campo iniciou-se com as lutas e reivindicação de direitos desses referidos povos desvalorizados por décadas, com muitos avanços, no entanto, com situações ainda muito precarizadas relacionados a educação saúde e programas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento João Batista. Cultura. Educação.

### JOÃO BATISTA SETTLEMENT: REFLECTIONS OF COUNTRYSIDE EDUCATION AS STRENGTHENING SOCIAL PRACTICE

**ABSTRACT:** Seeking to emphasize, from a bibliographical research, a brief discussion regarding the organization of rural people, with reference to the João Batista Settlement, located in the municipality of Castanhal. From this perspective, it sought to demonstrate how the process of organizing educational work and the relationship with the land takes place, given that the Settlement, with its daily struggles, manages to timidly carry out rural education in practice. In this way, agricultural production activities, based on the principle of family farming, with the support of programs, are able to carry out the activities prioritizing the settlers, however the valorization of rural people began with the struggles and demands for rights of these devalued peoples. for decades, with many advances, however, with still very precarious situations related to health education and social programs.

**KEYWORDS:** João Batista Settlement. Culture. Education.

## INTRODUÇÃO

O referido artigo tem como principal intuito uma maior compreensão e análise dos problemas agrários enfrentados pelos assentados em suas lutas pelo direito ao acesso à terra e a educação de qualidade, fortalecendo o vínculo com o lugar.

Com isso, apresenta uma pesquisa de campo e bibliográfica fundamentada em alguns estudiosos sobre a luta do campesinato pela reforma agrária no Brasil, no mundo e também sobre os assentamentos rurais e educação do campo.

Nessa perspectiva, o projeto do assentamento João Batista localizado no município de castanhal na margem direita da rodovia federal denominada de BR 316, no km 04 no ramal do Bacuri, tem em seu espaço geográfico do assentamento distribuído das seguintes formas, algumas partes estão reservadas para a pastagem, outras para as capoeiras, outras partes são destinada a reserva ambiental, patrimônio público e para à agrovila.

O referido Projeto foi originário da área que foi desapropriada da fazenda que recebia o Ome de Tanary. Esta conquista é originária através do Movimento dos Sem Terra (MST) que se manifestou através de grandes lutas pela reforma agrária e por diversas mudanças sociais no Brasil. O MST tem como uma das principais ideia a igualdade e a coletividade.

## DESENVOLVIMENTO

### A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA

O MST (Movimento dos Sem terra) tem um contexto de lutas no Brasil priorizando a luta pela terra, mas também tendo uma bandeira muito forte que seria a educação.

A concepção de educação era definida pelas necessidades do mercado de trabalho, pensada a partir do mundo urbano, retratando o campo como lugar atrasado e o sujeito do campo como um capital a ser explorado.

O assentamento João Batista, tem uma escola com uma boa estrutura que com muita luta da comunidade as aulas acontecem em um prédio com salas de aula, banheiros femininos, masculinos e para deficientes físicos, sala de professores, biblioteca, sala de leitura, sala de educação infantil, copa com depósitos específicos para armazenar

produtos de limpeza, alimentação e outros materiais, secretaria, administração, além de um amplo salão de recreação, o que traduz uma melhora bastante expressiva de infraestrutura em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) valoriza a educação enquanto meio para mudar o mundo, priorizando assim a mesma, de acordo com o coordenador pedagógico da escola, o senhor Nestor, afirmou que as duas principais preocupações quando foi ocupada a área do assentamento foi com a bandeira do Movimento e a escola, mesmo de forma precária.

Imagem da escola do Assentamento João Batista



Fonte: <http://geopara.blogspot.com.br/2012/03/o-movimento-dos-sem-terra-mst-surgimos.html#comment-form>

Tendo em vista que, a educação do campo necessita de um trabalho que só terá avanços se houver políticas públicas especificamente desenvolvidas para o campo, no qual os sujeitos não sejam pré-julgados como pessoas sem direitos e estando a margem da sociedade, excluídos de serem cidadãos de direitos no que corresponde a lei.

No Art. 28 da LDB (Leis das diretrizes Bases da Educação)– Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural. A abertura dada por esse

artigo da LDB possibilitou que fosse construído no país um processo desmobilização social em torno da construção de Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, na qual além de retomar o debate sobre a situação da escola do campo ainda possibilitou uma profundamente fecundo sobre a concepção de espaço rural e de campo.

No Acampamento João Batista há uma grande contradição no que tange a Educação formalizada, da escola, pois existe uma grande variedade de professores oriundos da cidade, dificultando a dinâmica do assentamento e não colaboram com as atividades do movimento, com isso os militantes acreditam que é necessário uma reformulação do currículo escolar do assentamento transformando-o do Campo e não no Campo, partindo do convívio e práticas diárias, partindo do local para o global, da dinâmica da realidade dos educando.

## OS MODOS DE PRODUÇÃO E INFRAESTRUTURA DO ASSENTAMENTO

A produção que em sua maioria das vezes é sem grandes recursos, e voltada para o atendimento das famílias que residem no assentamento, e o que ali for produzido como excedente será comercializado, esse sistema é muito mais viável por se tratar de uma produção de agricultura familiar, ou seja, eles priorizam o social, eles têm um público certo, no caso os assentados. Sua área plantada se torna muito maior, visto que trabalham em um sistema coletivo, e esse tipo de sistema é muito importante se eles almejam mais conhecimento “técnico” da terra e crédito facilitado, por ser um assentamento que buscam uma socialização da produção.

Porém, o conhecimento técnico que os deveria ser oferecido pelo governo não chega da maneira que deveria, uma vez que quando chega, chega sem os recursos necessários para que essas próprias famílias avancem no sentido de trabalhar melhor a terra, e assim melhorar sua condição de vida, e para piorar segundo a Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças (SEPOF), os solos do município de Castanhal apresentam, em sua maioria baixa fertilidade natural, fato que também ocorre na área do assentamento.

Todos os tipos de solos identificados possuem baixa fertilidade natural, geralmente ácidos, com elevados teores de alumínio trocável e Baixa disponibilidade de fósforo, cálcio, magnésio e potássio (...) algumas áreas apresentam problemas de erosão que tem avançado progressivamente, provocado pela ação das chuvas. As principais limitações para o uso do solo são a baixa fertilidade natural, declividade, perigosidades e a seca edáfica. Para realização da produção de culturas perenes ou temporárias deve haver a correção da acidez do solo e adubações (Santos apud Nahum, p. 06).

E essa falta de apoio por parte dos órgãos responsáveis acaba que por contribuindo para a expulsão do homem do campo, que uns preferem chamar de êxodo rural, mais que o que parece é isso, a expulsão do homem da sua própria terra. O grande capital que avança pelo campo, e o governo atendendo sempre a figura do grande capital, não faz muita coisa para impedir que o campo perca seu personagem principal. Percebemos com essa pesquisa que a falta de infraestrutura aliada a falta também de grandes projetos incentivadores pelos órgãos responsáveis que busquem a não saída desse camponês de sua terra, não é um objetivo do grande capital, mais justamente o contrário.

O camponês tentar resistir a todo custo ao capitalismo, com suas próprias estratégias, com seu autoconsumo da produção, com sua autonomia e controle do processo produtivo, com as relações de vizinhança entre os assentados. Porém o capitalismo é selvagem, e na maioria das vezes sabe fazer o jogo do adversário para depois jogar conforme suas próprias regras.

A luta pela terra no Brasil tem origem histórica, pois durante a estruturação fundiária brasileira as terras chegaram às mãos de poucos. Essa situação provocou-se sérios problemas sociais, devido isso passou a ocorrer a grande luta de trabalhadores rurais pelo direito de acesso à terra no Brasil.

## CULTURA CAMPESINA

O campesinato tem se reproduzido em meio à multiplicidade de atores culturais, tanto, no que se refere às condições de produção, quanto na luta pelo acesso a terra. Existindo uma multiplicidade de identidade cultural relacionadas ao campo como: assalariados rurais temporários, posseiros, arrendatários, acampados, assentados, vileiros

rurais, entre outros. Existindo uma diversidade de sujeitos no e do campo que possuem suas especificações.

Nesse sentido vamos enfatizar a identidade cultural dos assentamentos, em que, a reprodução social camponesa em assentamentos rurais é um processo que se efetiva no contexto da luta pelo acesso a terra, visando a conquista de melhores condições de trabalho e melhores condições de vida. Sendo que a maioria dos assentados trabalha na agricultura familiar, visando apenas o autoconsumo e não a acumulação de bens, lutando para resistir a dominação do modo capitalista. Sobre isso ressalta Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não a acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como, multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem crise. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (Shanin, 2008, p. 25-26).

A valorização da identidade cultural do homem/ mulher do campo, ao estabelecer que a educação condizente com as necessidades desse povo vai além da apreensão de novas técnicas agropecuárias, ao buscar condições reais para que os povos do campo tenham acesso à educação tem se proclamado um projeto sociocultural pautado em valores que privilegiaram o ser em detrimento do ter, que estabelecem prioridades ao ser humano e não ao capital; se propondo uma sociedade que procure na solidariedade e não na competição alicerce para as relações sociais. Para Freire(1996, p. 41):

A questão da identidade cultura, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é um problema que não pode ser desprezado.

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Brasil Urbano fez com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades na construção de uma política pública de educação do campo, pois segundo o seu Sebastião os assentados após se

acamparem no assentamento a segunda prioridade deles e um lugar onde será feita a escola, pois, essa é a prioridade deles após a moradia.

Apesar do fortalecimento deste movimento por uma educação do e no campo a realidade da escolarização do campo no século XXI, ainda é muito precária. É possível dizer que em muitos locais (com exceções) se faz a reprodução do modelo das escolas da cidade ou o transporte dos alunos moradores do campo para escolas urbanas. No entanto dentre as exceções tem-se o assentamento João Batista em que eles têm lutado para que a educação seja de campo para campo e não de campo para cidade, sendo que isso só acontece após muita luta e dedicação por parte dos camponeses.

Para Arroyo (2009), a educação do campo diferente da rural busca envolver seus sujeitos em uma distinta forma de organização do seu projeto pedagógico, atrelando ao conhecimento, com um processo ensino-aprendizagem na ação social para contribuir para a transformação da realidade social. Entretanto na luta social pela democratização da educação exposta na constituição de 1988, o movimento que protagonizou tal movimento estavam incluídos homens, mulheres jovens e crianças do campo, porém não se concretizou tal lei, em que o direito para tais sujeitos não se tornou realidade e quando se torna é com muita luta como no caso da escola do assentamento João Batista em que por um tempo eles conseguiram fazer com que a escola tivesse o ensino fundamental e médio completo, no entanto neste ano a escola estava oferecendo apenas o ensino fundamental.

Imagem do ambiente em que ocorrem atividades místicas e estudos



Fonte: Visita ao assentamento João Batista

O direito a escolarização parte de uma cultura que está sendo incorporada, com isso não se desvaloriza a educação informal de caráter popular, pois é muito importante para a formação dos sujeitos críticos, que vem contribuir para educação do campo, porém é necessário que os sujeitos tenham direitos que normalmente é desrespeitado da educação formal que é amparada por lei.

## RELAÇÕES DE TRABALHO

Após observar o local e analisar uma série de trabalhos envolvendo assentamentos rurais e a questão agrária no Brasil e possível fazer uma breve explicação sobre as relações de trabalhos existentes na região de forma que se torna inviável dissertar sobre as relações de trabalho sem estabelecer relações com os modos de produção e organização político-social dentro do assentamento.

Imagem de um tipo de agricultura



Fonte: Visita ao assentamento João Batista

É possível observar uma pequena produção de maracujá representando que pode caracterizar uma forma de produção voltada para o comércio sendo assim ações que são mostram grande proximidade com as relações capitalistas do FETRAF.

A FETRAF (Federação dos Trabalhadores em agricultura familiar) que tem seus modos de produção voltados para o comércio e com o apoio do grande capital que fornece recursos para que se tornem independentes dos demais grupos existentes no assentamento dessa forma e possível analisou-se o enfraquecimento e da perda dessa homogeneidade exercida pelo MST.

## ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Os movimentos sociais são considerados como agentes centrais da promoção de transformações sociais na atualidade (Melucci, 2001). Os movimentos sociais do campo têm tido relevante papel na promoção de transformações na sociedade brasileira. Transformações tanto na distribuição dos recursos materiais, principalmente através da luta por terra, quanto nas valorações estabelecidas aos trabalhadores do campo, gerando processos de reconhecimento social e de direitos.

No caso do assentamento João Batista, observamos a partir da vivência no local que há uma fragmentação da organização política do assentamento. Em pesquisa bibliográfica analisamos que os moradores locais, de acordo com o posicionamento político e interesses, se dividem em organizações.

APROCJOB (Associação de Produção e Comercialização João Batista), primeira organização que agregava os assentados ligados ao MST; A ACAJOB (Associação Comunitária dos Agricultores do assentamento João Batista), que está ligada à FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), esta associação foi criada em um segundo momento, após a ruptura com o MST; no Brasil, desde o período da redemocratização, vários movimentos têm surgido no campo.

O mais destacado deles é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido a partir do final dos anos de 1970, inicialmente, no Sul, mas que teve rápida expansão para todas as regiões brasileiras. Sua pauta de luta de maior evidência é a busca de acesso à terra para os trabalhadores “sem-terra”. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) é herdeira do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que se constitui em oposição ao sindicalismo oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), iniciado a partir do final dos anos 70. Existe ainda uma terceira organização a COOPAP, única cooperativa do assentamento. Emparelhados a outras entidades formando a Via Campesina.

Em pesquisa identificamos uma desorganização política que pode interferir na relação dos assentados com as políticas públicas de auxílio a produção no assentamento e na administração dos recursos como do PRONAF (Programa Nacional de

Fortalecimento da agricultura Familiar), e na aquisição de novos recursos para o assentamento.

Partindo disto, a fragmentação política entre os que defendem uma linha política desde o início do assentamento e os que passaram para a linha política da FETRAF interfere, diretamente, no processo organizativo e de gestão, nesse sentido, e preciso buscar algo em comum para a defesa e crescimento do assentamento caso contrário isso cominará na fragmentação total do assentamento João Batista estrutura agrária fortemente fragmentada, composta majoritariamente de unidades familiares de produção e que pode ser inserida em um processo de perda total de sua estrutura agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível analisar que o quem mora no assentamento João Batista, ainda enfrentam inúmeras dificuldades, temos como exemplo, a dificuldade na distância de moradia, pois algumas casas ficam muito distantes da agrovila e do meio de produção, vendas de pequenos lotes de terras realizadas pelos assentados, enfrentam também inúmeras dificuldades no meio de produção devida os camponeses terem somente o direito ao acesso ao credito, através do programa familiar da agricultura (PRONAF), mas não é satisfatória, pois os camponeses têm direito ao credito mais não é disponibilizada a assistência técnica, apesar de já vim incluso no programa da agricultura familiar, porém não é executada pelo órgão competente. Devido isso contribuir significa mente para que a maior parcela de agricultores se torne inadimplentes.

Observou-se também na visita ao assentamento João Batista que o movimento dos sem terra (MST), tem levado a educação como prioridade no assentamento, apesar de existir algumas divergências de ideias entre o docente que fazem parte do movimento com os professores que vem da rede urbana, pois alguns os professores que vem de outros municípios não conseguem se adaptar a verdadeira intenção do movimento.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Soraya Maria Mendonça. **Formas de Organização da Produção Apoiadas pelo MST: Assentamento João Batista II**, Castanhal, Pará.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FETRAF-SUL. **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

FIAN; VIA CAMPESINA. **Campanha global pela reforma agrária: a reforma agrária no Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.fian-sverige.org/docs/d38p-ffm-brasil.pdf>>. Acessado em: jan, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NAHUM, João Santos e Junior, José Antônio Guilherme. **Reprodução Social e Permanência no Campo**- um Estudo no Assentamento João Batista II, 2012, Castanhal – Pará.

MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96, MEC.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PISTRAK, Moisey M. (org.) **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Expressão Popular. São Paulo – 2000.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: **Revista Nera**, Ano 08, n. 07; Julho/dezembro de 2005.

Submissão: dezembro de 2023. Aceite: janeiro de 2024. Publicação: junho de 2024.